

# A Índia na obra de Marx e Engels: entre a filosofia da história e a política

Camila Massaro de Góes\*

## I ntrodução

Marx e Engels ao assumir o desafio de uma nova escrita da história<sup>1</sup> apresentam como característica inerente ao desenvolvimento de suas argumentações a oscilação entre posições mais próximas, de um lado, à filosofia clássica hegeliana e, de outro, à ciência empírica inglesa. É possível observar uma movimentação entre essas posições na argumentação desses autores no que concerne à questão colonial. Em alguns momentos, os autores chegaram até mesmo a adotar uma visada eurocêntrica que repercutia uma filosofia da história de corte hegeliano, embora seja necessário destacar que Engels permaneceu mais preso a essa filosofia, o que se evidencia nas repetidas vezes em que este fez referência aos “povos sem história” – ela não deixa de se fazer igualmente presente, entretanto, no autor d’O Capital.<sup>2</sup>

Como outros pós-hegelianos, Marx começou por uma “teoria da revolução alemã”. Suas investigações, entretanto, tomaram direções distintas da geração hegeliana. Em 1843, suas pesquisas já o convenciam que a delimitação dos problemas políticos como “puramente alemães” era mal orientada – Marx notava que “as fronteiras dos estados raramente coincidem com as fronteiras dos processos históricos”.<sup>3</sup> O que acontecia na Alemanha era parte de um processo mais amplo tanto em termos políticos quanto em termos econômicos. A transformação econômica que se dava nesse país era parte de um processo estruturado de transformação europeia que embora apresentasse seqüências particulares em países particulares, era também parte de uma estrutura maior de transição histórica para o capitalismo.<sup>4</sup>

Tanto Marx como Hegel viam a história como organizada em períodos ou formas sociais nas quais a experiência histórica recorria a certos princípios de organização, embora esses princípios em ambos os casos sejam vastamente distintos. A filosofia da história hegeliana provia um valor especulativo sobre o processo histórico, enquanto o programa de pesquisa de Marx se distinguia por seu aspecto empírico. Tais periodizações não eram distintas apenas por mostrarem a diferença

entre uma visão idealista e materialista da história – tratava-se de dois tipos diferentes que se desenvolviam de formas diferentes.<sup>5</sup>

Com relação à dominação britânica na Índia, é possível localizar traços de uma posição eurocêntrica em Marx e Engels principalmente em escritos de inícios dos anos 1850. É importante destacar, contudo, a existência de uma mudança na argumentação marx-engelsiana e um distanciamento dessa visada ao longo dos anos e principalmente a partir de 1857, com a Guerra dos Cipayos.<sup>6</sup>

Os estudos de Marx sobre a Índia têm início no começo da década de 1840, antes mesmo de contribuir para o New York Daily Tribune (NYDT) – enquanto Engels se detinha com mais tenacidade à questão irlandesa. Após alcançarem uma compreensão extensa e mais nuançada dos acontecimentos irlandeses em meados dos anos 1850, Marx e Engels passam a oferecer um julgamento mais apurado sobre a situação colonial indiana. Somaram no total 33 artigos sobre o tema, expedidos para o NYDT – 12 deles em 1853, 15 em 1857 e 6 em 1858.

Os primeiros artigos apresentam uma maior inclinação a amplas generalizações, inexatidões, assim como em desinformações. Marx sabia pouco sobre a Índia quando começou a escrever, o que fica claro quando se atenta ao fato de que ele pensava que todos os direitos de posse sobre a região agrícola indiana eram de estrangeiros mesmo antes da dominação britânica; sendo essa a ideia que as autoridades inglesas propagavam visto que eram eles os novos reguladores e que amavam a ideia de convencer a população indiana de que possuíam naturalmente esse direito sobre a terra. Apenas quatro anos depois, quando começou a escrever a segunda seção de artigos sobre a Índia, Marx percebeu que esse fato poderia ser visto no máximo como uma espécie de “ficção legal”, embora tenha permanecido ainda sem compreender completamente o complexo sistema agrícola da Índia pré-britânica, tendo adquirido algum senso de tamanha complexidade só muito depois, quando a Índia passa a figurar em seus escritos apenas como caso comparativo.<sup>7</sup>

\*Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup>BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

<sup>2</sup>BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 9, n. 16, Abril 2010, p.178.

<sup>3</sup>KAVIRAJ, Sudipta. On the status of Marx's Writings on India. *Social Scientist*, Vol. 11, nº 9, Setembro 1983, p.29.

<sup>4</sup>Idem, p.30.

<sup>5</sup>Idem, p.30.

<sup>6</sup>A Guerra dos Cipayos de 1857 foi um período prolongado de levantes armados e rebeliões contra a ocupação britânica. Pequenos incidentes de descontentamento envolvendo incêndios criminosos em acantonamentos foram os precursores da rebelião. Posteriormente, uma revolta em grande escala estalou e tornou-se uma guerra aberta nas regiões afetadas. O conflito causou o fim do governo da Companhia Britânica das Índias Orientais e o início da administração direta de grande parte do território indiano pela coroa britânica.

A propósito do que os escritos de Marx e Engels sobre a Índia significam, existem duas opiniões comuns entre os historiadores – e ambas são, de certo modo, inapropriadas e incompletas.<sup>8</sup> A primeira maneira é aquela em que se seleciona nas observações de Marx sobre a história indiana uma série de proposições empíricas sobre a estrutura das formas sociais tradicionais na Índia. Nessa visão, a sociedade indiana tradicional é vista apenas como uma forma de feudalismo. A outra visão, contrária, defende que as observações de Marx são casuais, episódicas, ocasionais; e não haveria, nesse sentido, uma necessidade lógica por trás delas.<sup>9</sup> Para entender a análise colonial de Marx e Engels, entretanto, é crucial perceber as orientações teóricas e os contextos históricos sobre os quais esses autores se debruçaram – notavelmente identificado na influência da ciência empírica inglesa e da filosofia clássica alemã.

É possível entender Marx, ainda, não como o fundador de um sistema fechado, mas antes como o instaurador de um modelo de pesquisa que se estende à modernidade. Estabelece-se, portanto, como pano de fundo para as considerações marx-engelsianas acerca da questão indiana a busca mais abrangente por uma compreensão do capitalismo. Marx teria iniciado seus estudos, então, a fim de verificar a possibilidade de ter ocorrido uma forma econômico-social distinta das que ocorreram na Europa Ocidental. No entanto, notou que com a inserção da Índia no mercado internacional a partir da fixação britânica, houve uma dissolução das antigas relações sociais de modo drástico – tendo oscilado de um juízo mais “positivo” sobre essa interferência inglesa como força civilizatória para um mais “negativo” pós 1857 com a denúncia das atrocidades britânicas na Índia como justificativa para a Revolta dos Cipaios. Busco aqui compreender a análise que Marx e Engels fazem desse contexto, com o objetivo de destacar as inconstâncias e oscilações presentes na concepção marx-engelsiana a respeito da questão colonial indiana.

### Inglaterra como força civilizatória

Marx e Engels certamente pensaram a destruição colonial da antiga ordem como elemento “revolucionário” da sociedade indiana, tanto quanto consideraram “revolucionário” o desenvolvimento do capitalismo e a consequente destruição da ordem feudal na Europa.<sup>10</sup> Em seu artigo *The British Rule in India* publicado no *Tribune* no dia 10 de junho de 1853, Marx conclui que o colonialismo britânico servia como “ferramenta inconsciente da história” na Índia, embora tenha escrito em carta para Engels quatro dias depois, em 14 de junho de 1853, caracterizando a dominação inglesa como “porca”:

Eu continuo esta luta oculta num primeiro artigo sobre a Índia, no qual a destruição da indústria

nativa pela Inglaterra é apresentada como *revolucionária*. Isto deve chocá-los muito. Pelo que respeita ao resto, todo o domínio britânico na Índia foi porco, como o é até hoje.<sup>11</sup>

A interpretação de Marx não pode ser considerada, portanto, como entusiasta da colonização. A destruição da estrutura nativa da Índia pela Inglaterra, para ele, concede um particular tipo de melancolia para a miséria indiana da época.<sup>12</sup> Para Marx, ainda que os ingleses possam ter lançado o país na hibernação, a derrocada das formas estereotipadas primitivas era condição *sine qua non* para a sua *europização* – a destruição de sua indústria arcaica era necessária para privar as aldeias de seu caráter de autossuficiência.<sup>13</sup> Aqui, através da noção de “europização”, depara-se claramente com uma posição eurocêntrica na argumentação de Marx.

Antes da dominação inglesa na Índia, houve apenas três departamentos de Governo na Ásia. O primeiro era o das Finanças, ou “pilhagem do interior”, o segundo da Guerra, ou “pilhagem do exterior” e, finalmente, o terceiro dos Negócios Públicos.<sup>14</sup> Em carta endereçada a Marx, de seis de junho de 1853, Engels afirma que o Governo Britânico na Índia administrou os departamentos primeiro e segundo com um espírito “bastante tacanho” e negligenciou inteiramente o terceiro, pelo qual a agricultura indiana arruinou-se.<sup>15</sup>

A fertilização artificial da terra, que terminou logo que o sistema de irrigação entrou em decadência, explica o fato de grandes extensões outrora completamente cultivadas passarem a se encontrar então abandonadas e desertas.<sup>16</sup> A fertilização artificial dependente do Governo Central, descuidada de irrigação e drenagem, explica o estranho fato de tais territórios, antes brilhantemente cultivados, passarem a se encontrar abandonados. A livre competição desacredita-se por completo e a si própria nesta região.<sup>17</sup>

Os ingleses na Índia aceitaram de seus predecessores os departamentos das finanças e o da guerra, mas omitiram completamente o dos negócios públicos. Como consequência, se deu a deterioração de uma agricultura que não tinha condições de ser conduzida através do princípio britânico da livre competição – o *laissez-faire* e o *laissez-aller*. No entanto, é comum aos impérios asiáticos, como destaca Marx, vermos a deterioração da agricultura num governo e a sua restauração em outro. As colheitas determinam bons ou maus governos, tanto quanto na Europa eles mudam em função de boas ou más estações.<sup>18</sup>

A opressão e a negligência da agricultura, embora sejam graves, não podem ser vistas como as principais características que saltam aos olhos na análise

<sup>11</sup>MARX, Karl. *Sobre o Colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, p.184.

<sup>12</sup>ENGELS, Frederick. *On the National and Colonial Questions* (ed. AHMAD, Aijaz). New Delhi: LeftWord Books, 2001, p.62.

<sup>13</sup>MARX, op.cit., p.186.

<sup>14</sup>ENGELS, op. cit., p.62.

<sup>15</sup>MARX, op. cit., p. 182.

<sup>16</sup>ENGELS, op. cit., p.63.

<sup>17</sup>Idem, p.63.

<sup>18</sup>Idem., p.63.

<sup>7</sup>AHMAD, Aijaz. Introduction. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *On the National and Colonial Questions* (ed. AHMAD, Aijaz). New Delhi: LeftWord Books, 2001, p.16-17.

<sup>8</sup>KAVIRAJ, op. cit., p.27.

<sup>9</sup>Idem, p.27.

<sup>10</sup>AHMAD, op. cit., p.18.

dos efeitos da dominação britânica na Índia, na medida em que foram acompanhadas por uma circunstância verdadeiramente importante, de inovação da história de todo o mundo asiático. Para Marx, foi apenas no primeiro decênio do século XIX que a condição social indiana foi alterada, tendo permanecido por tempos imemoráveis de forma imperturbada. O declínio das cidades indianas, que haviam sido célebres por seus tecidos, não pode ser considerado, portanto, como a principal consequência da dominação inglesa, mas sim o fato de o vapor e a ciência britânica ter destruído a união entre agricultura e a indústria artesanal.<sup>19</sup> Duas circunstâncias caracterizaram esse sistema social de feições particulares:

1) as obras públicas estavam dentro do âmbito do governo central; 2) para além disto, todo o império, não contando as poucas cidades consideradas grandes, estava dividido em *aldeias*, cada uma das quais possuía uma organização completamente separada e formava um pequeno mundo em si mesma.<sup>20</sup>

Mesmo sendo lamentável do ponto de vista humano, segundo Marx, ver como se desorganizaram essas formas de organismo social patriarcais, e por mais triste que tenha sido vê-las desaparecerem em um mar de dor, com cada um de seus membros individuais perdendo ao mesmo tempo as suas velhas formas de civilização e seus meios hereditários de subsistência – essas aldeias, embora pareçam inofensivas, formaram a sólida fundação do despotismo oriental, que restringiu o intelecto humano aos seus limites mais estreitos, convertendo-o num incansável elemento de superstição, submetendo-o à escravidão das regras tradicionais e os privando de todas as grandes energias históricas.<sup>21</sup>

O caso da Índia leva Marx, portanto, a uma situação extrema, paradoxal. De um lado, o autor vê a dominação da Inglaterra como agente do progresso. Por outro lado, não se omite frente à miséria total – o custo humano desse progresso – que caracterizava, então, a população indiana na época. Como conclusão, Marx afirma que a Inglaterra, ao causar uma revolução social no “Índostão”, agiu apenas de acordo com os seus interesses mais vis e foi tola na maneira como os impôs, mas essa não era a questão naquele momento: “*A questão é, a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia? Se não, quaisquer sejam os crimes da Inglaterra, ela foi o instrumento inconsciente da história ao realizar tal revolução*”.<sup>22</sup>

Em 22 de julho de 1853, Marx publica no NYDT o artigo *The Future of the British Rule in India*. Esse importante texto abrange suas previsões acerca do futuro da situação indiana sob domínio inglês. Marx, aqui, se encontra ainda de modo harmonioso com a argumentação desenvolvida em seu artigo de junho, entendendo o domínio britânico de modo positivo e se colocando esperançoso a respeito da presença europeia no terreno oriental indiano como uma espécie de “missão

civilizatória”. Logo no início, Marx se questiona sobre como a supremacia inglesa foi estabelecida na Índia, levando-se em consideração que se trata de um país não só dividido entre muçulmanos e hindus, mas entre tribos e castas – uma sociedade que era baseada no equilíbrio resultado de uma repulsão geral e de uma exclusividade constitucional entre seus membros.<sup>23</sup>

Para Marx, a Índia era um país predestinado para a conquista e a sua história não era senão a história dos sucessivos invasores que fundaram seus impérios em sua base passiva, considerada como *incansável e imutável*. A questão a ser colocada, então, seria se é preferível à Índia ser conquistada pelos Turcos, Persas, Russos ou Bretões, em vez de questionar se a Inglaterra tinha ou não o direito de conquistá-la. Marx via na dominação britânica duas missões que deveriam ser cumpridas na Índia, a primeira era destrutiva – a aniquilação da antiga sociedade asiática – e a outra, regenerativa – estabelecer as fundações materiais de uma sociedade *Ocidental na Ásia*.<sup>24</sup>

A primeira condição estabelecida por Marx para a regeneração da Índia era a sua unidade política. Essa unidade imposta pela espada britânica seria fortalecida e perpetuada pelo telégrafo elétrico. O exército nativo organizado e treinado pelos sargentos britânicos, era visto como condição *sine qua non* para a auto-emancipação da Índia e para cessar sua insistência em ser vítima do primeiro país que a invadesse. A imprensa livre introduzida pela primeira vez na sociedade asiática era considerada como outro importante agente da reconstrução. Nesse sentido, para Marx, não estava longínquo o dia em que “*a distância entre a Inglaterra e a Índia, medida pelo tempo, seria diminuída a oito dias e tal fabuloso país seria anexado ao mundo Ocidental*”.<sup>25</sup> As forças reguladoras britânicas haviam tido, até então, segundo sua argumentação, interesses acidentais, transitórios e excepcionais no *progresso* da Índia.

A questão das castas seria resolvida através da moderna indústria, resultante do sistema de ferrovias, que dissolveria as divisões hereditárias do trabalho, sobre quais se assentam as castas indianas consideradas por Marx como “*impedimentos decisivos para o progresso e poder indiano*”.<sup>26</sup> O autor destaca, ainda nesse texto, a profunda *hipocrisia e barbárie* inerentes à civilização burguesa que embora permaneça velada em seu próprio território, onde assume respeitáveis formas, nas colônias se dá de modo intenso e desnudo.<sup>27</sup> Os devastadores efeitos da indústria inglesa na Índia são considerados como palpáveis e desconcertantes. No entanto, Marx volta a afirmar que não se pode esquecer que se tratavam apenas de resultados orgânicos de todo o sistema de produção constituído até então. Essa produção descansa sobre o domínio supremo do capital:

O período burguês da história deve criar as bases materiais para um novo mundo – por um lado, para desenvolver um intercâmbio universal fundado sob a mútua dependência do gênero humano, e por

<sup>19</sup> Idem., p.64.

<sup>20</sup> MARX., op. cit., p.184.

<sup>21</sup> ENGELS, op. cit., p. 65.

<sup>22</sup> Idem, p.66.

<sup>23</sup> Idem, p.70.

<sup>24</sup> Idem, p.70.

<sup>25</sup> Idem, p.71.

<sup>26</sup> Idem, p.73.

<sup>27</sup> Idem, p.74.

outro, para criar os meios para o desenvolvimento das forças produtivas do homem e a transformação da produção material em uma dominação científica sobre as forças da natureza.<sup>28</sup>

Assim, a partir desses dois artigos publicados no *Tribune* em 1853, fica claro como a abordagem de Marx sobre a dominação colonial europeia na Índia se desenvolve atrelado a uma posição mais próxima de uma filosofia da história. No entanto, a partir de 1857, a argumentação de Marx e Engels sobre a questão indiana sofre uma mudança completa, como será analisado no item seguinte.

### A Guerra dos Cipayos

Em *The Revolt in the Indian Army*, publicado no NYDT em 15 de julho de 1857, Marx continua a considerar a unidade política na Índia como o princípio vital da supremacia britânica, isto é, o antagonismo das várias raças, tribos, castas, crenças e nacionalidades – o agregado que forma a sua unidade geográfica. As condições de tal supremacia, entretanto, haviam se alterado e o império anglo-indiano havia não somente alcançado seus limites naturais, como havia esmagado os últimos vestígios de independência dos Estados Indianos com a conquista de “Scinde e de Punjab”.<sup>29</sup>

Com isso, os exércitos não deveriam mais buscar estender o domínio britânico, mas deveriam simplesmente mantê-lo. Com isso, os soldados passam a exercer a função de policiais. Marx elucida esse contexto com dados do período: consistiam em 200 milhões de nativos sendo controlados por 200 mil homens, que eram comandados por ingleses; e o exército nativo, por sua vez, sendo mantido apenas por 40 mil ingleses. À primeira vista, era evidente para Marx que a fidelidade do povo indiano se assentasse na fidelidade do exército nativo, ou seja, na criação do que a Inglaterra simultaneamente organizou como o primeiro centro geral de resistência que o povo indiano jamais havia possuído.<sup>30</sup>

Em que medida o exército nativo poderia ser considerado como “confiável” ficou claramente apontado através dos motins que irromperam tão rápido quanto a guerra da Pérsia que quase despiu a presidência de Bengali de seus soldados europeus. A mudança na argumentação de Marx e de sua interpretação acerca da dominação britânica na Índia se dá a partir de suas análises sobre essa revolta, pois para o autor é:

A primeira vez que regimentos cipayos assassinam seus comandantes europeus; que muçulmanos e hindus renunciavam a mútuas antipatias e se combinam contra seus mestres comuns; que 'distúrbios iniciados com os Hindus terminam colocando no trono de Delhi um imperador muçulmano'; que o motim não ficou restrito à poucas localidades; e finalmente, que uma revolta no exército anglo-indiano coincide com uma desafeição geral exibida contra a supremacia inglesa na parte das grandes nações Asiáticas. A revolta do exército bengalês está, sem dúvida, intimamente

conectada com as guerras persa e chinesa.<sup>31</sup>

Antes disso já haviam existido motins no exército indiano, mas para Marx tal revolta é distinta por suas feições fatais. A alegada causa de desafeição, difundida nos quatro meses anteriores à revolta do exército bengalês fora a apreensão necessária aos nativos, a fim de não permitir que o governo britânico continuasse a interferir em suas religiões. A situação crítica que se desencadearia com a Guerra dos Cipayos se caracterizava por combinar motivações de cunho religioso à questão militar.

No dia 22 de janeiro de 1857, o fogo incendiário arrebentou nos postos militares próximos à Calcutá, e em 25 do mesmo mês, o 19º Regimento Nativo amotinou-se em Berhampore. Em fins de março, tal regimento debandou e o Regimento Cipaio localizado em Barrackpore permitiu que um de seus homens avançasse com um mosquete carregado à frente da linha do campo de batalha e após chamar seus camaradas para o motim, foi permitido a ele que atacasse e golpeasse o Ajudante e Sargento-Maior de seu regimento. Ao longo do conflito, milhares de cipayos observaram passivamente, enquanto outros participavam da luta e atacavam os oficiais com seus mosquetes. Subsequentemente, o Regimento Cipaio também debandou. O mês de abril foi marcado por fogos incendiários em diversos postos militares do exército bengalês em Allahabad, Agra e Ambala, por um motim do 3º Regimento da Cavalaria em Meerut, e por aparências similares de desafeição nos exércitos de Madras e Bombay.

Embora a parte britânica da brigada envolvesse um regimento de infantaria, outro de cavalaria, e uma opressiva força de artilharia de cavalos e pés, ela não conseguiu se movimentar antes do anoitecer. Tendo conferido pouco dano aos rebeldes, a parte britânica permitiu que eles se direcionassem para o campo aberto e para Delhi. Em Delhi, eles se juntaram a outros três regimentos de infantaria, e a uma companhia de artilharia nativa – oficiais britânicos foram atacados, assim como todos os ingleses que estavam sob alcance dos rebeldes foram assassinados. Marx, no entanto, não está iludido com o futuro dessa revolta e prevê que independentemente dos obstáculos, os rebeldes em Delhi sucumbiriam sem resistência prolongada – “*trata-se do prólogo de uma tragédia mais terrível que será decretada*”.<sup>32</sup>

Em *The Revolt in India*, de 8 de junho de 1857, havia passado um mês que Delhi estava tomada pelos cipayos e Marx considerava como precipitado afirmar que os rebeldes manteriam a velha capital da Índia contra as forças britânicas. O único ponto questionável, nessa ocasião, era a lentidão das operações britânicas – que poderiam ser explicadas em certo nível pelos horrores da estação e pela necessidade de meios de transporte.

Os excessos cometidos pelos cipayos revoltosos na Índia de fato são considerados como apavorantes, horríveis e indescritíveis – tal qual apenas se é esperado encontrar em guerras de insurreições, de nacionalidades,

<sup>28</sup> Idem, p.74.

<sup>29</sup> Idem, p.76.

<sup>30</sup> Idem, p.76.

<sup>31</sup> Idem, p.76-77.

<sup>32</sup> Idem, p.78.

de raças e, sobretudo, de religião. Em *The Indian Revolt* de setembro de 1857, Marx afirma que:

Embora seja infame a conduta dos cipaios, é apenas o reflexo, de forma concentrada, da própria conduta da Inglaterra na Índia, não somente na época da fundação do Império Oriental, mas durante os dez anos de longo estabelecimento de sua dominação. Para caracterizar tal dominação, é suficiente dizer que a tortura formou uma instituição orgânica na prática de cobrança financeira. Há na história humana algo como a retribuição; e é regra da retribuição histórica que seus instrumentos sejam forjados não pelos ofendidos, mas pelos próprios ofensores.<sup>33</sup>

Marx denuncia as atrocidades britânicas na Índia, como o uso da tortura como meio de cobrança tributária. Esse posicionamento se caracteriza por denunciar a dominação inglesa como justificativa da revolta no exército indiano. A revolta indiana não começa com os camponeses, torturados, desonrados, e despedidos pelos britânicos, mas com os cipaios, vestidos, alimentados, afagados, engordados e mimados por eles. Para encontrar paralelos às atrocidades dos cipaios, não é necessário, como os jornais ingleses apontam, segundo Marx, retornar à Idade Média, não é preciso ir além da Inglaterra contemporânea. Os soldados ingleses cometeram abominações apenas por diversão; suas paixões não foram nem santificadas pelo fanatismo religioso, nem provocadas por uma resistência externa ou por um inimigo heróico. Marx considera como grave erro supor que toda a crueldade está do lado dos cipaios, enquanto todo o leite da gentileza humana flui no lado da Inglaterra – “os reguladores britânicos não são tais benfeitores do povo indiano como gostariam que o mundo acreditasse”.<sup>34</sup>

Ainda em setembro de 1857, o NYDT publica *Investigation of Tortures in India*. Marx, aqui, busca a partir do relatório da Comissão de Torturas de Madras, expor as condições através das quais as torturas se davam na Índia por parte dos ingleses. Nesse relatório, estabelece-se que diversas pessoas eram anualmente submetidas à violência por cobranças criminais, assim como por não pagamento de impostos.

A existência universal da tortura como instituição financeira da Índia sob domínio britânico é oficialmente admitida, mas essa admissão foi feita de tal forma que funcionou como proteção do governo britânico de si mesmo. Marx afirma que a conclusão alcançada pela Comissão de Madras é que a prática da tortura fora inteiramente culpa dos baixos oficiais hindus, enquanto os servidores ingleses do governo tiveram sempre, embora sem sucesso, feito o seu melhor para preveni-la.<sup>35</sup> Marx tenta nesse artigo mostrar um capítulo breve sobre a real história da dominação britânica na Índia. Ao observar tais fatos, um homem racional poderia talvez ser induzido a se perguntar se um povo não está justificado na tentativa de expulsar os conquistadores estrangeiros que abusaram de seus súditos – “se os

ingleses puderam fazer tais coisas a sangue frio, é surpreendente que os insurgentes hindus sejam culpados, na fúria da revolta e do conflito, dos crimes e crueldades alegados contra eles?”.<sup>36</sup> Engels afirma não existir na Europa ou na América um exército tão brutal quanto o britânico – “pilhagens, violência, massacre – coisas que em todo lugar são estritamente e completamente banidas – são privilégios honrados, investidos de justiça pelos soldados ingleses”.<sup>37</sup>

Marx se coloca a seguinte questão, em *British Incomes in India* de setembro de 1857 – “qual é o real valor da dominação indiana para a nação e povo britânico?”.<sup>38</sup> Diretamente, esse valor está na forma de tributos, de excedentes das receitas indianas sobre as despesas indianas, absolutamente nada que atinja o Tesouro Britânico.<sup>39</sup> Desde o momento em que a Companhia das Índias Orientais entrou extensivamente na ocupação da conquista, suas fianças caíram numa condição perplexa, e eles foram repetidamente compelidos a solicitar o Parlamento, não somente para ajuda militar para assisti-los na conquista de territórios, mas para ajuda financeira para salvá-los da falência.<sup>40</sup> É evidente, portanto, para Marx, que a vantagem da Inglaterra frente a seu Império Indiano deva ser limitada aos lucros e benefícios gerados à sujeitos britânicos individuais – lucros e benefícios intensamente consideráveis.<sup>41</sup>

Nesse sentido, identifica-se no discurso de Marx e Engels a protagonização de uma análise do conflito social. Quando o conflito ganha as ruas na Índia, a ideia de progresso é abandonada.

### Conclusão

Marx e Engels simpatizaram com a insurreição do exército indiano, mas anteviram também seu fracasso, devido à ausência na sociedade indiana do que Engels chamou de “elemento científico”, que inclui os aspectos básicos dos movimentos liberais modernos: uma liderança política centralizada e um comando militar unificado.<sup>42</sup> A real mudança no pensamento de Marx ao longo desse período consistiu no fato de ele ter se tornado notavelmente menos entusiasta do papel “inconsciente” do colonialismo. No período em que começou a formular a *genesis* do capitalismo industrial em *O Capital*, Marx apenas mencionou as pilhagens na Índia e as conectou com o papel central da colonização no processo da acumulação primitiva. Quando os resultados da colonização passaram a ser de seu conhecimento, Marx abandona suas esperanças de que o colonialismo pudesse desempenhar um papel “construtivo”, como fica claro na carta a Danielson em 1881:

Na Índia preparam-se sérias complicações, se não mesmo uma erupção geral, para o Governo britânico. Aquilo que os ingleses lhe roubam todos

<sup>33</sup>Idem, p.82.

<sup>34</sup>Idem, p.86.

<sup>35</sup>Idem, p.87.

<sup>36</sup>Idem, p.90.

<sup>37</sup>ENGELS, op. cit., p.98.

<sup>38</sup>MARX, op. cit., p.91.

<sup>39</sup>Idem, p.91.

<sup>40</sup>Idem, p.91.

<sup>41</sup>Idem, p.91.

<sup>42</sup>AHMAD, op. cit., p.19.

os anos sob a forma de rendas, dividendos dos caminhos de ferro sem utilidade para os hindus; para as pensões dos funcionários civis e militares; para a guerra do Afeganistão e para outras guerras, etc., etc., aquilo que lhes roubam *sem qualquer compensação e muito para além* daquilo de que se apropriam em seu próprio benefício, no decorrer do ano, no interior da Índia – falando apenas do calor das mercadorias que os indianos dão gratuita e anualmente para serem mandadas para a Inglaterra – ascende a mais do que a soma total dos salários anuais dos 60 milhões de trabalhadores agrícolas e industriais da Índia! Isto é um processo de extorsão desenfreada!<sup>43</sup>

São notáveis três importantes expectativas em Marx – uma revolução socialista na Inglaterra, uma revolução nacionalista na Índia e o aniquilamento do sistema de castas – como pré-condições para “as massas” começassem a colher qualquer “benefício dos novos elementos da sociedade”.<sup>44</sup> Esses novos elementos da sociedade foram adquiridos através do capitalismo colonial – a dominação do capital na Índia se torna clara através da fixação em seu território da Companhia das Índias Orientais.

Marx e Engels passam a conceber também um programa político no que tange à independência da Índia. Com o passar dos anos e ao observar os desenvolvimentos da própria Inglaterra, Marx se volta mais para a visão de que as forças que liberariam a Índia estavam se desenvolvendo em seu próprio território.<sup>45</sup> Esse aspecto se torna claro em uma carta de Engels escrita a Kautsky em 12 de setembro de 1882:

Perguntou-me o que pensam os operários ingleses da política colonial. Ora, exatamente o mesmo que pensam da política em geral: o mesmo que os burgueses pensam. Sabe que aqui não existe um partido operário: há apenas conservadores e liberais-radicais, e os operários partilham alegremente no festim do monopólio da Inglaterra no mercado mundial e nas colônias. Em minha opinião, as colônias propriamente ditas, isto é, os países ocupados por uma população europeia – o Canadá, o Cabo, a Austrália – tornar-se-ão independentes; por outro lado, os países habitados por uma população nativa, que estão simplesmente subjugados – a Índia, a Argélia, as possessões holandesas, espanholas e portuguesas –, tomarão a iniciativa, e o proletariado, quando chegar a altura, conduzi-los-á tão rapidamente quanto possível para a independência. O modo como este processo se desenvolverá é difícil de prever. Talvez, e muito provavelmente, a Índia venha a fazer uma revolução, mas como o proletariado, que se encontra num processo de autoemancipação, não pode envolver-se em quaisquer guerras coloniais, ela terá que seguir o seu curso; é evidente que isto não acontecerá sem que haja toda a espécie de destruições, mas estas coisas são inseparáveis de todas as revoluções.<sup>46</sup>

Depara-se aqui com uma figura distinta daquela generalizadamente associada à abordagem marxista como eurocêntrica no que se refere à questão colonial.<sup>47</sup> É exatamente porque Marx e Engels viram a interconexão e interdependência entre o conflito do povo colonial por independência e o estabelecimento do socialismo na Europa, que eram não somente simpáticos às irrupções dos povos coloniais, mas também estudiosos dos motins que tomaram lugar com grande prudência e também de modo cada vez mais profundo de acordo com o que os fatos contemporâneos permitiram. De fato, não seria errado dizer que o alcance da condição colonial em Marx e Engels estava também em posição de vantagem em relação aos analistas acadêmicos, que os seguiram por mais de meio século.<sup>48</sup> É precisamente com a base de informações econômicas, militares, topográficas, climáticas, sociológicas e políticas que Marx e Engels foram capazes não só de organizar compreensivelmente a realidade de 1857, como também puderam mostrar suas interconexões com os desenvolvimentos internacionais.<sup>49</sup>

A história em Marx universaliza-se não porque tenda à realização de sua Ideia ou porque seja aspirada para um fim de onde tiraria retrospectivamente sua unidade significativa, mas sim, pura e simplesmente, em função de um processo de universalização efetiva.<sup>50</sup> Desde 1847, Marx já tinha virado a página da História universal tão do agrado da filosofia especulativa. Consciente do que rejeitou, ele o é igualmente da tarefa que resulta disso – “nada menos do que a invenção de uma outra escrita da história”.<sup>51</sup> A contradição presente nos textos marx-engelsianos, o contratempo, é o modo real da história, e a política é exatamente o encontro entre esses pontos discordes.<sup>52</sup> O desenvolvimento desigual entre as esferas sociais, jurídicas e culturais obriga a pensar um progresso que não seja nem automático nem uniforme – “a história não é um longo rio tranquilo”.<sup>53</sup> A história não é de modo algum universal por natureza e em todo o tempo. Ela se torna universal por um processo de universalização real e somente então pode começar a ser pensada como universalidade em devir.<sup>54</sup>

Buscar um melhor entendimento da obra de Marx e Engels não implica em fragmentá-la, mas em assumi-la em sua completude. A questão colonial indiana torna clara a oscilação entre a filosofia da história alemã e a ciência empírica inglesa. A mudança de posição e o afastamento de uma visada eurocêntrica estão claramente apontados em seus escritos quando a partir de 1857 passam a privilegiar a política e a representação histórica do conflito social.

Artigo recebido em 17.2.2012

Aprovado em 30.5.2012

<sup>46</sup>ENGELS, op. cit., p.216.

<sup>47</sup>CHOPRA, op. cit., p.71.

<sup>48</sup>Idem., p.71.

<sup>49</sup>Idem., p.72.

<sup>50</sup>BENSAÏD, op. cit., p.38.

<sup>51</sup>Idem., p.38.

<sup>52</sup>Idem., p.41.

<sup>53</sup>Idem., p.43.

<sup>54</sup>Idem., p.44.

<sup>43</sup>MARX, op. cit., p.212.

<sup>44</sup>Id., 2001, p.20.

<sup>45</sup>CHOPRA, Suneet. The Approach of Karl Marx to the Study of Indian Society. *Social Scientist*, Vol.11, n.º 3, Marx Centenary Number, Março 1983, p.70.